

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 33

DATA : 7 3 80

PG. : 11

*Luís Antônio Prado*

“... ela finge que me ama e eu finjo que acredito.”

O refrão do antigo samba pode ser parodiado quando, perplexos, observamos o jogo de cena que se vem desenvolvendo em torno da Amazônia. Os países desenvolvidos fingem que desejam proteger esse “patrimônio da humanidade” e o governo brasileiro finge que não se submete a imposições que possam ferir a soberania nacional. Nesse caso, como é freqüente, o cinismo e o embuste são as marcas registradas da política.

Aqui, a omissão e a falta de propostas nos mais variados campos da (in)ação governamental, entre os quais a gestão dos recursos naturais. Recentemente, a cortina de fumaça do Programa Nossa Natureza (até o nome é característico de curso primário!) e uma reforma administrativa de pacotilha com todos os ingredientes de um “samba do crioulo doido” culminaram na designação de um personagem inexpressivo e inconsistente para capitanear a nau (há muito sem rumo) da política ambiental. Mestre Millôr há de iluminar os mais esquecidos.

Mas nada é impossível nesses tristes trópicos em que os avallistas das ditaduras tornam-se fiadores da democracia e opositores “históricos” ou “autênticos” da noite para o dia. Quando não compactuaram, essas “lideranças políticas” que agora falam em nome da soberania nacional nunca protestaram contra os empréstimos casados, a reserva de mercado para a indústria automobilística, as remessas de divisas para o exterior mascaradas em acordos de assistência técnica ou mediante subfaturamento, os projetos Jari e a conversão dos impostos das multinacionais em incentivos fiscais para seus investimentos em atividades agropecuárias, inclusive na Amazônia. Tais defensores da aplicação maciça de recursos públicos na implantação de barragens, ferrovias, sistemas de irrigação e projetos de mineração orientados para o atendimento dos interesses estrangeiros, ainda no ano passado, durante a Constituinte, acusavam os nacionalistas de xenófobos e defendiam a mais radical “abertura dos portos”.

Do outro lado, governos de países especializados em fazer valer seus interesses pelos métodos mais escusos — golpes militares, bloqueios econômicos — mostram-se respeitosos e até tímidos quando o assunto é a proteção da Amazônia. Nada a estranhar: tudo não passa de um “xou de xucros”. Afinal, o altruísmo dos programas de caridade ao estilo USAID e, mais recentemente, os discursos pomposos sobre o futuro da humanidade sempre foram suficientes para aliviar a culpa e arrefecer a curiosidade (nunca muito enfáticas) dos eleitorados locais.

O governo brasileiro, com ares de vestal, afirma que não trocará a dívida externa pela Amazônia (como vem fazendo com os alimentos que faltam à mesa da população). Afirma, ainda, que a internacionalização ou a transformação da Amazônia em reserva ecológica é inadmissível (mesmo que ninguém tenha feito essas propostas). E conclui, com jeito de menino aplicado, que para protegê-la é preciso estudá-la (pré-requisito dispensado quando se trata de devastá-la).

Então, nada resta a fazer senão esperar a conclusão das discussões bizantinas sobre a contribuição de cada país para a destruição da camada de ozônio? Ou aguardar o avanço das pesquisas científicas sobre a influência da transpiração das plantas nos índices pluviométricos das florestas tropicais?

Não. Muita coisa pode e deve ser feita imediatamente, com base nos conhecimentos já existentes. A proteção ambiental e o manejo integrado dos recursos naturais que asseguram a otimização da exploração econômica não se constituem em obstáculos mas em componentes essenciais do desenvolvimento sustentado (ou de longo prazo). Nesse sentido, é bastante lógica a incorporação da variável “proteção dos recursos naturais” na análise dos pedidos de financiamento encaminhados ao Banco Mundial (cujo nível de exi-

gências nesse campo, há que se frisar, ainda é irrisório). Da mesma forma, as contribuições financeiras, científicas e tecnológicas dos países altamente industrializados podem ser úteis para o gerenciamento adequado da Amazônia. Programas razoavelmente bem-sucedidos de zoneamento e proteção dos solos agrícolas e, em particular, de aproveitamento integrado de recursos hídricos para geração de energia elétrica, irrigação, abastecimento público e industrial, pesca e navegação já foram implementados em alguns desses países, nada impedindo o Brasil de contar com seu apoio e experiência.

Como se sabe, a maior ameaça à Amazônia é o desmatamento indiscriminado seguido da ocupação inadequada de solos cuja fertilidade, em boa parte do território, depende do húmus que se forma a partir da decomposição da própria cobertura vegetal. A História — inclusive contemporânea — registra grande número de ocorrências de desertificação e de degradação de solos utilizados para agricultura e pecuária, não havendo razões para desprezarmos ou menosprezarmos os ensinamentos daí decorrentes.

Então, antes de mais nada, há que se dar início a um programa intensivo de caracterização dos solos da Amazônia. Esse trabalho, a ser iniciado a partir das frentes de expansão agrícola, deve ser imediatamente seguido do zoneamento, isto é, da definição da vocação das diversas áreas. O uso da terra em desacordo com o zoneamento implicaria imediata cessação de qualquer financiamento ou subsídio, pagamento de impostos territoriais fortemente progressivos e aplicação das penalidades previstas na legislação de proteção ambiental. Isso, para não mencionar o fato de que vastas extensões da Amazônia ainda são constituídas por terras devolutas ou públicas, cuja cessão de uso, a título precário, pode ser condicionada ao emprego de técnicas apropriadas de manejo e proteção dos solos e dos recursos naturais (a serem especificadas no zoneamento).

Inúmeras experiências comprovam a possibilidade de uma utilização econômica sensata, não predatória, da Amazônia. O “cultivo sobreado”, por exemplo, consiste na exploração

consorciada de produtos nativos — inclusive madeiras — e espécies como o café, o cacau e outras que se desenvolvem bastante bem em aléias abertas na floresta densa. Da mesma forma, notícias recentes informam que técnicos do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido, da Embrapa, obtiveram sucesso no consórcio de pastagens e produção extraída de madeiras, viabilizando e aumentando a rentabilidade da pecuária na região. Também a pecuária nas várzeas — com animais como o búfalo — mostrou-se bem-sucedida.

Isso tudo não exclui a evidência de que certas áreas devem estar sujeitas à preservação integral, permanente, para assegurar a diversidade biológica e a proteção dos recursos hídricos. Mas o fato é que o potencial e o valor efetivo dos produtos coletados na Amazônia ainda continuam largamente subestimados pelo desenvolvimentismo obtuso e pela ignorância dos donos do poder. Para comprová-lo, é suficiente citar um relatório recente do Congresso norte-americano, no qual se afirma que plantas tropicais encontram-se na base da produção de 25% dos medicamentos reunidos no país.

E se a exportação dessas matérias-primas sem benefício fosse proibida? E se alimentos que há séculos são extraídos da floresta por aqueles que nela vivem tivessem seu valor contabilizado? E se o governo cumprisse o compromisso assumido com o Banco Mundial de criar as reservas extrativistas e permitisse a tramitação dos projetos de lei nesse sentido, de autoria dos deputados Fábio Feldmann e Luiz Alfredo Salomão?

Como se vê, o que falta é decisão política. De um lado, nada pode impedir que os países desenvolvidos invistam maciçamente na proteção da Amazônia, em particular através de instituições não-governamentais (para evitar a ineficácia e a falta de credibilidade do atual governo) e mesmo das próprias empresas estrangeiras. Do lado brasileiro, acabando com a farsa de que a soberania nacional está ameaçada, dando um basta ao processo de militarização da região e começando a governar:

*Luís Antônio Prado, jornalista e economista, é pós-graduado em Biologia e Ecologia Humana*

A Amazônia brasileira ou a Amazônia de Samey?